
Curso de Direito Constitucional

2ª fase OAB

XXVII Exame de Ordem

Olá, alunos do **Estratégia OAB!**

Hoje teremos o nosso **4º simulado**. Cumpre ressaltar que o exercício **não terá uma correção individualizada**. Todavia, ao final do treinamento você poderá consultar o gabarito completo, bem como acompanhar nossa **correção ao vivo pelo youtube no dia 05.01.19, às 14 horas**.

- 1) O simulado acontecerá nos moldes do edital XXVII Exame de Ordem. A peça processual equivalerá a 5,0 (cinco) pontos. O aluno deverá desenvolver um texto em forma de peça processual jurídica com, no máximo, 150 linhas. Para as respostas das questões discursivas, a extensão máxima do texto será de 30 (trinta) linhas para cada.
- 2) Procure realizar o simulado nas condições reais do dia da prova. (tempo, ambiente, material de consulta...lanche...enfim...rs)

Um ótimo simulado a todos. ;)

Prof. Diego Cerqueira



diegocerqueira@estrategiaconcursos.com.br



<https://www.facebook.com/profdiegocerqueira/>



@profdiegocerqueira



Peça Prático-Profissional

(OAB / INÉDITA/ 2019) José, empresário de uma grande rede de farmácias na região sul do Município X, decide expandir os seus negócios para região leste. Após realizar uma pesquisa de mercado e concluir pela viabilidade do negócio, solicitou uma autorização junto à Prefeitura para instalar sua nova loja no bairro Z (região leste).

Ocorre que, o empresário foi surpreendido com o indeferimento do pedido realizado. A administração municipal informou que o bairro Z já conta com várias farmácias, sendo que há Lei Municipal vedando que estabelecimentos de igual natureza sejam instalados no mesmo bairro a menos de 300m de distância um do outro.

Inconformado com a resposta, José interpôs recurso administrativo em face da decisão proferida. Entretanto, o indeferimento foi mantido pela administração pública, restando prejudicado o pleito.

De acordo com a situação apresentada, o empresário procura você na qualidade de advogado que, em resposta preliminar, informa ao cliente que a decisão preferida pela administração desrespeitou entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal, cabendo assim uma medida processual específica no âmbito do Poder Judiciário.

Com efeito, José solicitou que você elaborasse a peça processual adequada para fazer valer o entendimento da Corte Suprema.

Folha de resposta

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	

27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	

55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	

83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	

111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	
121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	

139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

Questões discursivas

1. (OAB/ INÉDITA /2019) Amélia, Governadora do Estado X em seu segundo mandato, resolve divorciar-se do seu marido Fernando, com quem teve um relacionamento conjugal por 15 anos. Fernando, empresário de sucesso na região, nunca teve pretensões de concorrer a qualquer cargo político. Todavia, inconformado com a separação, decide então concorrer ao cargo de Governador do mesmo Estado para suceder a sua ex esposa e provocar uma animosidade ainda maior entre ambos.

De acordo com o caso prático, apresente resposta fundamentada aos questionamentos a seguir:

A) Fernando pode concorrer ao cargo de Governador? Justifique.

B) Caso a dissolução casamento ocorresse no último ano do mandato em virtude da morte de Amélia, poderia nesse caso Fernando concorrer ao cargo de Governador? Justifique.

2. A Associação Civil “Tudo Pela Saúde”, preocupada com as péssimas condições de trabalho dos servidores da área de saúde, elaborou projeto de lei que concedia aumento remuneratório a essa categoria de servidores. Esse projeto foi subscrito por um por cento do eleitorado nacional, circunscrito somente aos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, sendo apresentado ao Senado Federal.

A Associação, esperançosa pela aprovação do projeto, informou à imprensa que, caso o projeto seja rejeitado ou vetado, irá ingressar com uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para que os anseios do movimento se tornem normas constitucionais. Considerando a situação hipotética apresentada, responda, de forma fundamentada, aos itens a seguir.

A) Os procedimentos adotados para encaminhar o projeto de lei estão de acordo com o processo legislativo estabelecido pela ordem constitucional? Justifique.

B) É possível que a PEC cogitada pela referida Associação seja de iniciativa popular?

3. (OAB/ INÉDITA /2019) Em razão da publicação do edital para o concurso de Procurador da Fazenda Nacional, Augusto decide participar do certame

público. Todavia, como se trata de portador de necessidade especial, requereu a sua inscrição nas vagas reservadas a essa categoria, por força de disposição de lei federal.

Passada a inscrição, o candidato recebeu um comunicado do indeferimento do seu pedido por ato do próprio Ministro de Estado, sob a justificativa que a lei federal não seria aplicada caso por falta de previsão expressa em edital.

Irresignado com fato, Augusto procura você na qualidade de advogado para impetrar eventual Mandado de Segurança. Assim sendo, responda aos questionamentos a seguir:

a) Diante do cabimento do Mandado de Segurança, qual seria o órgão jurisdicional competente para processamento do feito?

b) Caso venha a ocorrer a denegação da segurança e o não provimento dos embargos declaratórios, qual seria o recurso cabível?

c) No mérito, pode-se afirmar que houve violação a preceitos constitucionais diante do ato coator praticado pelo Ministro de Estado?

4. Emenda constitucional insere novo direito na Constituição da República. Trata-se de uma norma de eficácia limitada, que necessita da devida integração por via de lei. Produzido o diploma legal regulador (Lei Y), ainda assim, alguns dos destinatários não se encontram em condições de usufruir do direito a que fazem jus, por ausência de regulamentação da norma legal pelo órgão competente (o Ministério da Previdência Social), conforme exigido pela citada Lei Y.

Passados dois anos após a edição da Lei Y, Mário, indignado com a demora e impossibilitado de usufruir do direito constitucionalmente garantido, é aconselhado a impetrar um Mandado de Injunção. Não sabendo exatamente os efeitos que tal medida poderia acarretar, Mário consulta um(a) advogado(a).

A orientação recebida foi a de que, no seu caso específico, a adoção, pelo órgão julgante, de uma solução concretista individual iria satisfazer plenamente suas necessidades. Diante dessa situação, responda fundamentadamente aos itens a seguir.

A) Assiste razão ao(à) advogado(a) de Mário quanto à utilidade do acolhimento do Mandado de Injunção com fundamento na posição concretista individual?

B) A que órgão do Poder Judiciário competiria decidir a matéria?

Folha de resposta

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	

27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	

55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	

83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	

111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	
121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	

139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	



***4ª Rodada de Temas:
Régua de correção do simulado a
seguir...***

Peça Prático-Profissional

(OAB / INÉDITA/ 2019) José, empresário de uma grande rede de farmácias na região sul do Município X, decide expandir os seus negócios para região leste. Após realizar uma pesquisa de mercado e concluir pela viabilidade do negócio, solicitou uma autorização junto à Prefeitura para instalar sua nova loja no bairro Z (região leste).

Ocorre que, o empresário foi surpreendido com o indeferimento do pedido realizado. A administração municipal informou que o bairro Z já conta com várias farmácias, sendo que há Lei Municipal vedando que estabelecimentos de igual natureza sejam instalados no mesmo bairro a menos de 300m de distância um do outro.

Inconformado com a resposta, José interpôs recurso administrativo em face da decisão proferida. Entretanto, o indeferimento foi mantido pela administração pública, restando prejudicado o pleito.

De acordo com a situação apresentada, o empresário procura você na qualidade de advogado que, em resposta preliminar, informa ao cliente que a decisão preferida pela administração desrespeitou entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal, cabendo assim uma medida processual específica no âmbito do Poder Judiciário.

Com efeito, José solicitou que você elaborasse a peça processual adequada para fazer valer o entendimento da Corte Suprema.



Peça: <i>Reclamação Constitucional</i>	Pontuação
Endereçamento: Supremo Tribunal Federal	0,50
Cabimento da peça: diante do descumprimento de súmula vinculante, cabe Reclamação Constitucional de acordo com artigo 103-A, § 3º, da CRFB/88 (0,50): <i>"Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso".</i>	1,00
Incidência do art. 1º Lei. 11417/06 + art. 988, III do NCPC. (0,50)	

<p>Fundamentos jurídicos: estamos diante de norma municipal que viola Sumula Vinculante nº. 49 do STF: <i>ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área. (0,50)</i></p> <p><i>Além disso, há desrespeito ao art. 1º, IX combinado com art. 170, inciso IV, da CRFB/88 - violação aos princípios da livre iniciativa e livre concorrência. (0,50 cada = 1,00)</i></p>	1,50
<p>Do esgotamento da via administrativa: No caso de ato administrativo que viola súmula aplicável, deve ser demonstrado o esgotamento da via administrativa nos termos art. 7º, § 1º da Lei. 11417/06: <i>§ 1º Contra omissão ou ato da administração pública, o uso da reclamação só será admitido após esgotamento das vias administrativas.</i></p>	0,50
<p>Tutela Provisória de urgência: há possibilidade de tutela de urgência, nos termos do art. 989, II, do NCPC, combinado com o art. 300, caput do NCPC. Importante, no caso, demonstrar a probabilidade do direito e o perigo de dano, de se causar um risco ao resultado útil ao processo. (0,25 cada)</p>	0,50
<p>Pedidos e requerimentos:</p> <p>a) Reafirmar a concessão da tutela de urgência para suspender o ato impugnado, nos termos do art. 989, II, NCPC c/c art. 300 NCPC; (0,20)</p> <p>b) Procedência da Reclamação Constitucional para que o STF possa anular o ato administrativo determinando que outra decisão seja proferida com a aplicação da súmula vinculante, de acordo com art. 7º, § 2º da Lei. 11.417/06; (0,30)</p> <p>c) Oitiva da autoridade que praticou o ato impugnado, no prazo de dez dias, nos termos do art. 989, inciso I do NCPC;(0,10)</p> <p>d) Citação do beneficiário da decisão impugnada, que terá prazo de 15 (quinze) dias para apresentar a sua contestação, nos termos do art. 989, inciso III do NCPC; (0,10)</p> <p>e) Intimação do o Ministério Público no prazo de 5 (cinco) dias, após o decurso do prazo para informações e para o oferecimento da contestação pelo beneficiário do ato impugnado, nos termos do art. 991 do NCPC; (0,10)</p> <p>f) Requerimento de juntada dos documentos em anexo. (0,10)</p> <p>g) Desfecho: indicação do valor da causa; Local e data. Advogado/OAB. (0,10)</p>	1,00

Questões Discursivas

1. (OAB/ INÉDITA /2019) Amélia, Governadora do Estado X em seu segundo mandato, resolve divorciar-se do seu marido Fernando, com quem teve um relacionamento conjugal por 15 anos. Fernando, empresário de sucesso na região, nunca teve pretensões de concorrer a qualquer cargo político. Todavia, inconformado com a separação, decide então concorrer ao cargo de Governador do mesmo Estado para suceder a sua ex esposa e provocar uma animosidade ainda maior entre ambos.

De acordo com o caso prático, apresente resposta fundamentada aos questionamentos a seguir:

A) Fernando pode concorrer ao cargo de Governador? Justifique.

B) Caso a dissolução casamento ocorresse no último ano do mandato em virtude da morte de Amélia, poderia nesse caso Fernando concorrer ao cargo de Governador? Justifique.



Item:	Pontuação
<p>a) Fernando não pode concorrer ao cargo de Governador. A questão traz o entendimento acerca da inelegibilidade reflexa combinada com o entendimento da jurisprudência do STF.</p> <p>Isto porque, o art. 14, § 7º, CRFB/88 estabelece que "<u>O cônjuge do ocupante do cargo de governador é inelegível no território de jurisdição do titular do cargo, salvo se já fosse titular de mandato eletivo e candidato à reeleição</u>". (0,35)</p> <p>Outrossim, embora Fernando não seja mais cônjuge, o STF entende na súmula vinculante nº. 18 que a dissolução do casamento não afasta a inelegibilidade reflexa. Vejamos:</p> <p>Súmula Vinculante nº 18 do STF, "a dissolução da sociedade ou do vínculo conjugal, no curso do mandato, não afasta a inelegibilidade prevista no Art. 14, § 7º, da CRFB/88. (0,30)</p>	0,65
<p>b) Nesse caso Fernando poderia concorrer ao cargo, pois o STF entende que não haveria a aplicação da Sv. nº. 18. Ocorreria uma situação excepcional.</p>	0,60

Entende a Corte Suprema que a morte cessa a possibilidade de influência para manipulação dos cargos. Assim, o candidato volta a ter elegibilidade. (Repercussão geral 678 STF)	
--	--

2. A Associação Civil “Tudo Pela Saúde”, preocupada com as péssimas condições de trabalho dos servidores da área de saúde, elaborou projeto de lei que concedia aumento remuneratório a essa categoria de servidores. Esse projeto foi subscrito por um por cento do eleitorado nacional, circunscrito somente aos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, sendo apresentado ao Senado Federal.

A Associação, esperançosa pela aprovação do projeto, informou à imprensa que, caso o projeto seja rejeitado ou vetado, irá ingressar com uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para que os anseios do movimento se tornem normas constitucionais. Considerando a situação hipotética apresentada, responda, de forma fundamentada, aos itens a seguir.

A) Os procedimentos adotados para encaminhar o projeto de lei estão de acordo com o processo legislativo estabelecido pela ordem constitucional? Justifique.

B) É possível que a PEC cogitada pela referida Associação seja de iniciativa popular?



a) Os procedimentos não estão corretos. O projeto apresenta uma série de vícios formais. O primeiro refere-se aos subscritores, que deveriam estar distribuídos por, pelo menos, cinco estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles, segundo o Art. 61, § 2º, da CRFB/88. (0,30) O segundo refere-se ao desrespeito à iniciativa reservada do Presidente da República, prevista no Art. 61, § 1º, inciso II, alínea a, da CRFB/88, em relação aos projetos de lei que objetivem aumentar a remuneração de servidores públicos federais. (0,30) Por fim, há um terceiro vício. Os projetos de iniciativa popular devem ser iniciados sempre na Câmara dos Deputados e não no Senado Federal (Art. 61, § 2º, da CRFB/88). (0,25)	0,85
Não. O Art. 60, incisos I, II e III, da CRFB/88 estabelece um rol taxativo de legitimados à propositura de PEC, e a iniciativa popular não está elencada nesses incisos. Em consequência, não será possível a propositura pela Associação.	0,40

3. (OAB/ INÉDITA /2019) Em razão da publicação do edital para o concurso de Procurador da Fazenda Nacional, Augusto decide participar do certame público. Todavia, como se trata de portador de necessidade especial, requereu a sua inscrição nas vagas reservadas a essa categoria, por força de disposição de lei federal.

Passada a inscrição, o candidato recebeu um comunicado do indeferimento do seu pedido por ato do próprio Ministro de Estado, sob a justificativa que a lei federal não seria aplicada caso por falta de previsão expressa em edital.

Irresignado com fato, Augusto procura você na qualidade de advogado para impetrar eventual Mandado de Segurança. Assim sendo, responda aos questionamentos a seguir:

a) Diante do cabimento do Mandado de Segurança, qual seria o órgão jurisdicional competente para processamento do feito?

b) Caso venha a ocorrer a denegação da segurança e o não provimento dos embargos declaratórios, qual seria o recurso cabível?

c) No mérito, pode-se afirmar que houve violação a preceitos constitucionais diante do ato coator praticado pelo Ministro de Estado?



Item	Pontuação
<p>a) Em razão de ato coator praticado por Ministro de Estado que viole direito líquido e certo amparado por Mandado de Segurança, cabe ao Superior Tribunal de Justiça o processamento do feito (0,20), nos termos do art. Art. 105, I, b, da CRFB/88. (0,10)</p> <p><i>"Compete ao Superior Tribunal de Justiça: I - processar e julgar, originariamente: b) os mandados de segurança e os habeas data contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal";</i></p>	0,30
<p>b) Em havendo a denegação do Mandado de Segurança, cabe a apresentação de Recurso Ordinário Constitucional – ROC ao Supremo Tribunal Federal (0,30), consoante o Art. 102, II, a, da CRFB/88, combinado com art. 1.027, do NCPC. (0,10)</p> <p><i>"(...) II - julgar, em recurso ordinário: a) o habeas corpus, o <u>mandado de segurança</u>, o habeas data e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão).</i></p>	0,40

<p>c) Sim. No mérito, é possível afirmar que tivemos violação a valores fundamentais, a saber:</p> <p>1) Reserva de vagas para os portadores de deficiência – Art. 37, VIII, da CRFB (VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão). E há a previsão na legis. infraconstitucional - Art. 5º, §2º da Lei 8.112/1990; (0,20)</p> <p>2) Princípio da legalidade, CRFB, Art. 5º, II: “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”; (0,20)</p> <p>c) Princípio da isonomia, art. 5º, caput CRFB/88 (Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, ...). (0,15)</p>	0,55
---	------

4. Emenda à Constituição insere novo direito na Constituição da República. Trata-se de uma norma de eficácia limitada, que necessita da devida integração por via de lei. Produzido o diploma legal regulador (Lei Y), ainda assim, alguns dos destinatários não se encontram em condições de usufruir do direito a que fazem jus, por ausência de regulamentação da norma legal pelo órgão competente (Ministério da Previdência Social), conforme exigido pela citada Lei Y.

Passados dois anos após a edição da Lei Y, Mário, indignado com a demora e impossibilitado de usufruir do direito constitucionalmente garantido, é aconselhado a impetrar um Mandado de Injunção. Não sabendo exatamente os efeitos que tal medida poderia acarretar, Mário consulta um(a) advogado(a).

A orientação recebida foi a de que, no seu caso específico, a adoção, pelo órgão julgante, de uma solução concretista individual iria satisfazer plenamente suas necessidades. Diante dessa situação, responda fundamentadamente aos itens a seguir.

A) Assiste razão ao(à) advogado(a) de Mário quanto à utilidade do acolhimento do Mandado de Injunção com fundamento na posição concretista individual?

B) A que órgão do Poder Judiciário competiria decidir a matéria?



<p>A) Sim. A teoria concretista individual é uma das posições reconhecidas pelo STF como passível de ser adotada nas situações em que é dado provimento ao Mandado de Injunção. Segundo esse entendimento, diante da lacuna, o Poder Judiciário irá reconhecer a mora legislativa podendo (art. 8º da Lei. 13.300/16) (0,40):</p> <p>I - Determinar prazo razoável para que o impetrado promova a edição da norma regulamentadora;</p> <p>II - Estabelecer as condições em que se dará o exercício dos direitos, das liberdades ou das prerrogativas reclamados ou, se for o caso, as condições em que poderá o interessado promover ação própria visando a exercê-los, caso não seja suprida a mora legislativa no prazo determinado.</p> <p>Cumprir destacar que há a incidência do art. art. 9º, de modo que a decisão terá eficácia subjetiva limitada às partes e produzirá efeitos até o advento da norma regulamentadora. (0,40)</p>	<p>0,80</p>
<p>B) Segundo o art. 105, inciso I, alínea h, da CRFB/88, compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar o Mandado de Injunção quando <i>"a elaboração da norma regulamentadora for atribuição de órgão federal, da administração direta ou indireta"</i>.</p> <p>No caso, o Ministério da Previdência é um órgão da administração pública federal, sendo, portanto, o Superior Tribunal de Justiça o órgão judicial competente para processar e julgar a ação de Mário.</p>	<p>0,45</p>